

É HORA DE CONSTRUIR UMA AGENDA DE MOBILIZAÇÕES NAS BASES

LUTAR COM AUTONOMIA E INDEPENDÊNCIA DE CLASSE



mepsinasefe@gmail.com

youtube.com/c/MEPSINASEFE

Nos últimos meses o SINASEFE, através do FONASEFE, tem participado da Mesa Nacional de Negociação Permanente com o governo Lula. Toda a categoria tem estado com grande expectativa, e não à toa, já que desde 2016 não tínhamos mais mesa de negociação. Porém, em agosto, após adiar para o dia 10 uma reunião que havia sido agendada para o dia 4, o governo simplesmente ignorou nossas propostas, declarando apenas que buscaria recursos para nosso reajuste para 2024. No último dia 29 de agosto, já com a aprovação do arcabouço fiscal e faltando apenas dois dias para o envio do Projeto da Lei Orçamentária Anual (PLOA) para o Congresso Nacional, a ladainha foi a mesma.

Segundo a ministra Esther Werneck, só há R\$1,5bi do orçamento que poderia ser utilizado para o reajuste, o que não permite sequer, num possível reajuste linear de salários para o funcionalismo público, míseros 1%. Esse recurso é vergonhosamente inferior aos R\$11,7bi destinados na Lei Orçamentária Anual (LOA) ainda no Governo Bolsonaro e que garantiu a recomposição emergencial de 9% em 2023!

A ministra disse ainda que o reajuste poderá ser maior caso haja constatação, apenas em maio de 2024, de aumento na arrecadação. Essa proposta é tão vexatória que sequer garante o que está previsto no arcabouço fiscal que seria um reajuste da inflação (estimada entre 4% a 5% para 2023) mais uma margem a depender do crescimento do PIB (estimado entre 2% e 3% para 2023). É o governo Lula tentando nos deixar a reboque única e exclusivamente de seu otimismo.

Se aceitarmos passivamente essa “proposta”, chegaremos a 2024 com mais corrosão do nosso salário real regredindo a valores reais inferiores ao que tínhamos antes do reajuste de 9%. Enquanto isso, a perpetuação do Sistema da Dívida Pública mediante o pagamento de juros e serviços em favor do grande capital e dos super ricos segue intacto, evidenciando o alinhamento do governo Lula junto a fração hegemônica no bloco no poder – os capitais financeiros e financeirizados!

Como se não bastasse, logo após a aprovação do arcabouço fiscal, o ministro da fazenda Fernando Haddad, adepto da “modernização da gestão”, anunciou que não vê problema na tramitação da Reforma Administrativa, neste momento liderada pelo atual presidente da Câmara.

Mas nós sabemos, porque estamos há anos na luta contra essa Reforma – que, diga-se de passagem, está sendo implementada progressivamente via decretos e instruções normativas aprovados nos governos Temer, Bolsonaro e, atualmente, no governo Lula via Instrução Normativa (IN) nº 24/2023 –, que ela está e será muito mais utilizada para atacar os serviços e as(os) servidoras(es) públicas(os) com a cortina de fumaça de buscar a “eficiência” do serviço público.

Diante deste total desrespeito com as(os) trabalhadoras(es) o Movimento por uma Escola Popular no SINASEFE entende que é imprescindível a mobilização firme da categoria, em um movimento de organização e de luta independente e autônomo das/os trabalhadoras/es, ainda que saibamos das dificuldades existentes para enfrentar a política de conciliação de classes e o peleguismo dominante no cenário sindical nacional.

Não nos deixemos iludir com o simples fato de existirem mesas de negociação. Até agora elas só serviram para o governo Lula passar informes e choramingar para ganharem tempo e nos enrolar enquanto afaga o “mercado”. Nossa luta não acabou em 31 de agosto com o envio da PLOA ao Congresso Nacional, nem pode estar sendo determinada por esse projeto.

No que tange estritamente a esse projeto, que tramitará até o final deste ano, temos tempo e espaço para pressionar a aprovação de uma LOA que inclua as demandas das(os) servidoras(es) públicas(os) no orçamento! Para isso, mais do que nunca, precisamos demonstrar independência de classe e força!

Convocamos a militância para construir uma agenda de mobilizações nas bases, com referência política na independência e autonomia de classe, para fortalecer a campanha salarial, com vistas a uma possível greve ano que vem. É hora de debatermos com a base como funciona uma campanha salarial, organizarmos debates e panfletagem nos locais de trabalho e nos engajarmos de maneira ativa para construirmos uma resposta a esta afronta vinda de um governo que se mostra cada vez mais rendido à lógica do grande capital, e financeiro em particular!

Vamos à luta com autonomia e independência de classe!



NOVO ENSINO MÉDIO

Apesar da ampla mobilização de estudantes e sindicatos e de todos os alertas de especialistas e entidades educacionais desde 2016, foi só depois que o Novo Ensino Médio (NEM) concretizou-se de maneira desastrosa nas escolas públicas do país que se percebeu o quanto havia de mentira nas promessas de “liberdade de escolha” e “flexibilização curricular” da reforma que prometia levar a educação pública para o século XXI. Temos visto que, na prática, os estudantes pobres não conseguem acessar os chamados “itinerários formativos” de escolha e que os professores têm tido seu trabalho cada vez mais precarizado com a diminuição de carga horária e diluição das disciplinas.

Após muita pressão, em junho deste ano o MEC abriu consulta pública online para “ouvir a comunidade” a respeito do NEM, ainda que em nenhum momento tenha cogitado revogar a medida por completo. Assim, após receber mais de 150 mil contribuições, o governo decidiu fazer algumas mudanças na medida. Estas medidas trouxeram alguns pontos positivos como a vedação do uso da EAD na formação geral básica (somente autorizada na formação técnica profissional); o retorno das 2400 horas para a formação geral básica e de 600 horas para o currículo flexível (antigo itinerário formativo) e o retorno dos componentes curriculares na formação geral básica, de forma obrigatória.

O problema é que, na prática, estas alterações não mexem na essência do NEM. Os Itinerários formativos não serão extintos, e sim renomeados para percursos de aprofundamento e integração de estudos. A proposta é que sejam reduzidos de 5 para 3. O notório saber não acaba e ainda é proposta a elaboração de um documento que o regulamente. Não há nenhum tipo de vedação à influência empresarial nas escolas e nem às parcerias público-privadas (PPPs). Além disso, mantém a autorização de 20% de EAD na formação profissional.

Como esperado, entidades privatistas como Todos pela Educação se posicionaram contra o aumento da carga horária para a formação geral básica, e propõem reduzi-la para 2200 horas. Também são contra a mudança nos itinerários formativos e contra a oferta obrigatória dos componentes curriculares. Ou seja, querem manter a proposta original do NEM praticamente igual!

Nós, enquanto sindicato, não podemos abandonar esta luta pela revogação do NEM! Não aceitaremos mudanças mínimas que, no fim das contas, não mudam nada e só mantém a precarização da educação ofertada aos filhos da classe trabalhadora. Precisamos seguir pressionando o governo e congresso, articulando a luta pela revogação do NEM às lutas contra a Reforma Administrativa e contra o Arcabouço Fiscal, porque sabemos que para termos educação pública de qualidade é fundamental aumentar o orçamento público para a educação, e não sufocá-lo!

O SINDICATO QUE DEFENDEMOS



Nós, do Movimento por uma Educação Popular - MEP, coletivo que integra a Direção Nacional do Sinasefe, não podemos deixar de nos posicionar em relação ao documento divulgado pelo coletivo Sinasefe para Lutar – SPL para o conjunto de nossos sindicalizados.

Tal manifestação decorre de nosso compromisso intransigente com a construção de um movimento sindical classista, que tenha como objetivo precípuo a organização dos trabalhadores contra a classe que nos explora e paute suas ações no sentido de unificar a luta e não de dividi-la, pois para tal já temos uma falange suficiente de inimigos. Adicionalmente, nosso engajamento por uma educação popular implica necessariamente em que ela seja principalmente política, em seu sentido gramsciano, ou seja, formando e garantindo conhecimento suficiente a todas e todos para assumirem o papel de dirigentes.

No que tange ao descontentamento com a aprovação de novo aditivo com vistas à continuidade da execução da obra, o próprio relato indica que tal decisão foi adotada no fórum adequado. Ainda que tenha recebido um parecer contrário da Assessoria Jurídica, a maioria dos dirigentes da organização a apoiou e, para tanto, deve ter havido argumentos que embasaram tal posicionamento. O processo democrático implica em aceitar perder e parece-nos que, em nosso país, já tivemos motivos mais que suficientes para compreender no que resultaram as “viradas de mesa”.

Consideramos graves os outros episódios relatados na carta e até mesmo dignos de serem objetos de uma investigação, que poderia ser desencadeada pela própria Direção Nacional, da qual o SPL faz parte. Aliás, o documento informa que a Coordenação do Jurídico e a Assessoria Jurídica do SINASEFE notificaram extrajudicialmente em 18/08 a empresa responsável pela obra. Assim, cabe-nos perguntar qual a razão para a denúncia pública, já que o acesso às informações foi franqueado e que providências em relação ao inadimplemento contratual têm sido adotadas.

O oportunismo de tal exposição pública torna-se escancarado quando o documento menciona tendenciosamente a investigação do golpe sofrido pelo sindicato no 34º Consinasefe, afirmando que foi conduzida por um “Petit comitê que jogou o ocorrido para debaixo do tapete, e agora procuram responsabilizar o conjunto dos membros da Direção Nacional”.

Tal afirmação carece de qualquer fundamento, pois a comissão que conduziu a apuração foi formada por membros de todas as chapas eleitas no Congresso. Além disso, tachá-la de “petit comitê” e afirmar que seu trabalho foi o de ocultar o “ocorrido” é de uma profunda desonestidade para com os companheiros que doaram seu tempo para efetuar a tarefa com seriedade e respeito com todos sindicalizados e funcionários envolvidos, procurando ao máximo evitar a sanha punitivista que atualmente não é, infelizmente, exclusividade dos fascistas, mas que também contaminou muitas organizações de esquerda.

Ao longo do processo de apuração, ficou claro para quem participou ativamente do trabalho que, além do sindicato ter sido vítima de uma ação criminosa, também houve uma série de erros em procedimentos administrativos que facilitaram que o crime fosse praticado. A correção e a prevenção de tais erros são de responsabilidade da Direção, o que foi explicitamente recomendado no relatório da comissão.

Contudo não houve a constatação de dolo nas ações dos sindicalizados envolvidos, pois a comissão não tinha poderes legais e operacionais que lhe permitissem aprofundar as investigações em ações como quebra de sigilo bancário e/ou telemático.

Além disso, os integrantes da comissão pactuaram um compromisso ético com o princípio constitucional da presunção da inocência, razão pela qual, nas conclusões do trabalho, não houve a emissão de suspeitas ou ilações, que, além do risco de serem injustas, poderiam tanto desencadear reações legais dos ofendidos como macular a imagem do Sinasefe.

Também é importante registrar a ausência quase completa do representante do coletivo SPL durante os trabalhos da comissão, o que lamentamos, pois poderia ter sido uma voz potente para externar a indignação que agora anunciam de forma tão contundente.

Finalmente, entendemos que o foco deve ser na solução do problema e que ela depende do constante exercício democrático, fundado em princípios éticos de igualdade, solidariedade e respeito.



mepsinasefe@gmail.com

[youtube.com/c/MEPSINASEFE](https://www.youtube.com/c/MEPSINASEFE)

LUTAR, CRIAR, ESCOLA POPULAR!